

15ª Edição - 2015

EXAME



C N A I



CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

**Prova específica para atuação nas sociedades
supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados
(SUSEP)**

NOME:

N.º DE INSCRIÇÃO:

CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE

EXAME DE QUALIFICAÇÃO TÉCNICA PARA REGISTRO NO CADASTRO NACIONAL DE AUDITORES INDEPENDENTES (CNAI) DO CONSELHO FEDERAL DE CONTABILIDADE (CFC) Edital CFC/CAE 1/2015

SÓ ABRA QUANDO AUTORIZADO

Este caderno contém as questões da Prova específica para atuação nas sociedades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP)

Use como rascunho as páginas disponíveis ao final deste caderno, as quais não poderão ser destacadas durante a realização da prova.

Ao receber a Folha de Respostas:

- Confira o seu número de inscrição.
 - Assine, à CANETA, no espaço próprio indicado (a assinatura não deve ultrapassar o espaço delimitado).
-

Observações quanto ao preenchimento das Folhas de Respostas:

Use caneta esferográfica de tinta **preta** ou **azul**.

Aplique traços firmes, sem forçar o papel, dentro da área reservada à letra correspondente à resposta que julgar correta, procurando unir o ponto lateral à direita, conforme exemplo ao lado.

	A	B	C	D
01	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input checked="" type="checkbox"/>

Assinale **somente** uma opção em cada questão. Sua resposta não será computada se houver marcação de duas ou mais opções.

Não deixe nenhuma questão sem resposta.

As respostas das questões dissertativas deverão conter, no mínimo, 20 (vinte) linhas, e as Folhas de Respostas não deverão conter nenhum tipo de identificação do candidato (assinatura, visto, etc.).

As Folhas de Respostas não deverão ser dobradas, amassadas ou rasuradas.

Utilize como rascunho do gabarito a última folha do caderno, antes de transferir as informações nele contidas para a Folha de Respostas.

É de inteira responsabilidade do(a) candidato(a) qualquer prejuízo advindo de marcação incorreta efetuada nas Folhas de Respostas.

**SERÁ PERMITIDA A SAÍDA DO(A) CANDIDATO(A) DA SALA DE PROVA
SOMENTE APÓS 1 (UMA) HORA DO SEU INÍCIO.**

**FICA LIBERADA A ENTREGA DO CADERNO DE PROVAS AO CANDIDATO
QUANDO DE SUA SAÍDA.**

**DURAÇÃO DESTA PROVA:
QUATRO HORAS**

ATENÇÃO

Sr.(a) Candidato(a),

Antes de começar a fazer a prova, confira se este caderno tem, ao todo, 50 (cinquenta) questões objetivas, cada uma constituída de 4 (quatro) opções, e 2 (duas) questões dissertativas.

Se houver algum problema, informe, imediatamente, ao fiscal de provas, para que ele tome as providências necessárias.

Caso Vossa Senhoria não observe as recomendações acima, não lhe caberá qualquer reclamação ou recurso posterior.

O uso de máquina calculadora própria é permitido, sendo vedado o seu empréstimo.

QUESTÕES OBJETIVAS

- 1. As sociedades seguradoras devem constituir reservas técnicas para a garantia de todas as suas obrigações, e os bens garantidores destas reservas técnicas não podem ser alienados. A quem cabe a prerrogativa para editar normas que disciplinam a aplicação dos recursos das reservas, das provisões e dos fundos das sociedades seguradoras, das sociedades de capitalização e das entidades abertas de previdência complementar, bem como a aceitação dos ativos correspondentes como garantidores dos respectivos recursos?**
 - a) À Superintendência de Seguros Privados (Susep).
 - b) Ao Conselho Monetário Nacional (CMN).
 - c) Ao Banco Central do Brasil (BCB).
 - d) Ao Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

- 2. A NBC TG 11 tem por objetivo especificar o reconhecimento contábil para contratos de seguro emitidos por uma seguradora. O mesmo pronunciamento define “seguradora” como:**
 - a) a parte que tem uma obrigação, contratual ou tácita, de indenizar um segurado ou cedente de qualquer modalidade de risco, caso um evento o afete financeiramente de maneira adversa.
 - b) a entidade, devidamente registrada na autoridade da jurisdição na qual opera, legalmente autorizada a emitir contratos de seguro.
 - c) a parte que tem a obrigação, em um contrato de seguro, de indenizar o segurado se ocorrer um evento segurado.
 - d) qualquer entidade, independentemente de sua forma jurídica e objeto social, que assuma riscos por eventos que possam afetar, adversamente, outra entidade, seja ela pessoa física ou jurídica.

- 3. O tratamento contábil das contingências passivas é objeto do pronunciamento NBC TG 25. A Seguradora ABC possui um passivo contingente relacionado a um processo em discussão judicial. Nos termos desse pronunciamento qual o tratamento contábil que deve ser adotado pela Seguradora?**
 - a) Não deve reconhecer o passivo.
 - b) Deve reconhecer o passivo, a menos que seja remota a possibilidade de saída de recursos que incorporam benefícios econômicos.
 - c) Deve reconhecer o passivo com contrapartida a débito do resultado do período.
 - d) Deve reconhecer o passivo com contrapartida a débito de “outros resultados abrangentes” por se tratar de perda não realizada.

- 4. Todas as operações de resseguro, retrocessão e intermediação dessas operações são subordinadas às disposições da Resolução CNSP nº 168/07. Nos termos dessa Resolução, a formalização contratual das operações de resseguro deverá se dar:**
- a) em até 20 dias do início da vigência da cobertura.
 - b) em até 5 dias antes da vigência da cobertura.
 - c) em até 270 dias do início da vigência da cobertura.
 - d) em até 30 dias úteis antes da vigência da cobertura.
- 5. A elaboração e a divulgação das demonstrações contábeis são de responsabilidade da administração das seguradoras. Nesse sentido, as demonstrações contábeis anuais das sociedades seguradoras devem ser publicadas:**
- a) em até 5 dias úteis antes da data da assembleia geral ordinária dos acionistas, que deliberará sobre as demonstrações contábeis.
 - b) em até 5 dias úteis contados da data de seu encaminhamento a Superintendência de Seguros Privados (Susep).
 - c) até o último dia útil do mês de fevereiro do ano seguinte ao exercício a que se referem as demonstrações contábeis.
 - d) até o dia 28 de fevereiro de cada ano.
- 6. A administração da entidade utiliza-se frequentemente de premissas para mensurar as estimativas a serem reconhecidas nas demonstrações contábeis. Considerando os conceitos estabelecidos na NBC TA 540, assinale a opção INCORRETA.**
- a) As estruturas de relatórios financeiros devem ser ajustadas para permitir que as intenções, premissas ou planos da administração sejam levados em consideração na elaboração de uma estimativa contábil.
 - b) Os procedimentos de auditoria que tratam das premissas da administração são executados no contexto da auditoria das demonstrações contábeis da entidade e, não, com o objetivo de fornecer uma opinião sobre as próprias premissas.
 - c) A avaliação pelo auditor das premissas utilizadas pela administração baseia-se somente em informações disponíveis a ele, na época da auditoria.
 - d) A razoabilidade das premissas utilizadas pode depender da intenção e da capacidade da administração de realizar certos cursos de ação.
- 7. A Circular Susep nº 474/13 dispõe sobre os procedimentos para registro contábil dos prêmios de resseguro das sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e resseguradores locais.**
- Acerca desse assunto, assinale a opção INCORRETA.**

- a) A sociedade seguradora, a entidade aberta de previdência complementar e o ressegurador local devem reconhecer o prêmio de resseguro, de acordo com as características de cada tipo de contrato.
- b) Momento de aceitação do contrato é aquele no qual a cedente e o ressegurador responsabilizam-se de maneira formalizada, ou não, pela existência do contrato de resseguro.
- c) As companhias cedentes devem reconhecer os prêmios dos contratos proporcionais pelo valor de cada risco a ser repassado, independentemente da proporção de sua cessão.
- d) Os resseguradores locais devem reconhecer os prêmios dos contratos automáticos proporcionais pelo valor estimado informado pela cedente.

8. As sociedades supervisionadas deverão apresentar Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) igual ou superior ao Capital Mínimo Requerido (CMR) e Liquidez em Relação ao Capital de Risco (CR):

- a) apenas anualmente, quando do encerramento das demonstrações financeiras, correspondentes ao exercício social.
- b) apenas por ocasião do encerramento das demonstrações financeiras semestrais.
- c) trimestralmente, quando do encerramento dos balancetes.
- d) mensalmente, quando do fechamento dos balancetes mensais.

9. O Decreto-Lei nº 73/66, dispõe sobre o Sistema Nacional de Seguros Privados. Considerando os dispositivos do referido Decreto-Lei, assinale a opção que apresenta entidade(s) / órgão(s) que NÃO compõem o referido Sistema.

- a) Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).
- b) Conselho Monetário Nacional (CMN).
- c) Superintendência de Seguros Privados (Susep).
- d) Resseguradores, corretores habilitados e sociedades autorizadas a operar em seguros privados.

10. A Circular Susep nº 509/15 dispõe sobre o registro dos bens garantidores das reservas técnicas, fundos de provisões das sociedades seguradoras de capitalização e entidades abertas de previdência complementar. Com base na referida Circular, assinale a opção INCORRETA.

- a) Para efeito de cobertura de provisões técnicas, os ativos financeiros serão considerados pelo seu valor de mercado.
- b) Não poderão ser oferecidos, como ativos garantidores de provisões técnicas, ativos dissociados de seus direitos e que não estejam ambos, ativos e direitos, livres e desembaraçados de ônus ou gravames judiciais ou extrajudiciais de qualquer natureza.

- c) As sociedades supervisionadas, cujas garantias de provisões técnicas venham a recair em bem imóvel, farão a inscrição do vínculo à Susep no competente Cartório de Registro Geral de Imóveis.
- d) Para efeito de cobertura das provisões técnicas, os imóveis serão considerados pelo seu valor contábil histórico, isto é, antes de deduzidas as depreciações.

11. Considere a especificação dos saldos das contas patrimoniais ativas e o valor do patrimônio líquido contábil, abaixo, da Seguradora XYZ em 31.12.X1.

Assinale a opção que apresenta o valor CORRETO do Ativo Total Ajustado e do Patrimônio Líquido Ajustado (PLA), respectivamente, de acordo com o previsto na Resolução CNSP nº 300/13:

	ESPECIFICAÇÃO DAS CONTAS	SALDO EM R\$
1.	Caixa e Bancos	150.000,00
2.	Prêmios a Receber	1.200.000,00
3.	Despesas Antecipadas – Resseguros	30.000,00
4.	Participações Societárias	
4.1.	- Coligadas/Controladas	320.000,00
5.	Créditos Tributários a Recuperar	
5.1.	- Prejuízos Fiscais de Imposto de Renda	90.000,00
5.2.	- Base de Cálculo Negativa de Contribuição Social	60.000,00
5.3.	- I.O.F. a Recuperar	20.000,00
6.	Imobilizado	
6.1.	- Imóveis Urbanos	1.500.000,00
6.2.	- Imóveis Rurais	280.000,00
7.	Intangível	
7.1.	- Marcas	12.000,00
8.	Obras de Arte	8.000,00
	ATIVO TOTAL	3.670.000,00
9.	PATRIMÔNIO LÍQUIDO CONTÁBIL	2.800.000,00

- a) R\$2.880.000,00 e R\$2.030.000,00.
- b) R\$2.850.000,00 e R\$916.000,00.
- c) R\$2.900.000,00 e R\$936.000,00.
- d) R\$3.180.000,00 e R\$1.216.000,00.

12. Nos termos da Circular Susep nº 508/15, as sociedades supervisionadas deverão divulgar no seu relatório de administração alguns fatores que estão elencados nos itens abaixo.

- I) **Política de reinvestimento de lucros e política de distribuição de dividendos para as demonstrações de 31 de dezembro.**
- II) **Negócios sociais e principais fatos internos e/ou externos que tiveram influência no desempenho da sociedade supervisionada e/ou no resultado do exercício.**
- III) **Reformulações societárias, reorganizações societárias e/ou alterações de controle acionário direto ou indireto.**
- IV) **Declaração sobre a capacidade financeira e a intenção de manter, até o vencimento, os títulos e valores mobiliários classificados na categoria mantidos até o vencimento.**

Assinale a alternativa CORRETA:

- a) devem ser divulgados apenas os fatores apresentados nos itens II e III.
- b) devem ser divulgados os fatores apresentados nos itens I, II, III e IV.
- c) deve ser divulgado apenas o fator apresentado no item I.
- d) devem ser divulgados apenas os fatores apresentados nos itens I, II e III.

13. Assinale a opção que apresenta os cinco componentes de controles interno para fins das normas de auditoria.

- a) Ambiente de controle, avaliação de riscos, sistema de informação, atividades de controle e monitoramento.
- b) Ambiente de controle, avaliação de riscos, resposta aos riscos avaliados, monitoramento e sistema de informação.
- c) Ambiente de controle, monitoramento, auditoria, avaliação de riscos e resposta aos riscos avaliados.
- d) Ambiente de controle, atividades de controle, sistema de informações, resposta aos riscos e segregação de funções.

14. As disposições legais e regulamentações têm efeito direto sobre as demonstrações contábeis, no sentido de que determinam os valores e divulgações a serem reportados pela entidade. A respeito desse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Os procedimentos normais de auditoria aplicados para a formação da opinião sobre as demonstrações contábeis podem levar ao conhecimento do auditor casos de não conformidade com leis e regulamentos.
- b) As representações formais fornecem evidências de auditoria necessárias a respeito do conhecimento pela administração de não conformidade com leis e regulamentos.
- c) As representações formais da administração asseguram o cumprimento das leis e regulamentos, cujos efeitos possam ser relevantes sobre as demonstrações contábeis, fornecendo evidência de auditoria adequada e suficiente, portanto, não afetam a natureza e extensão de outras evidências de auditoria a serem obtidas.

d) Normalmente, quanto mais distante a não conformidade estiver dos eventos e transações refletidos nas demonstrações contábeis, menos provável é que o auditor tome conhecimento disso ou reconheça a não conformidade.

15. De acordo com o Decreto-Lei nº 73/66 compete à Susep, na qualidade de executora da política traçada pelo CNSP, atuar como órgão fiscalizador da constituição, organização, funcionamento e operações das sociedades seguradoras. Entre as atividades abaixo, NÃO compete à Susep:

- a) fixar normas gerais de contabilidade e estatística a serem observadas pelas sociedades seguradoras.
- b) autorizar a movimentação e liberação dos bens e valores obrigatoriamente inscritos em garantia das reservas técnicas e do capital vinculado.
- c) fixar condições de apólices, planos de operações e tarifas a serem obrigatoriamente utilizadas pelo mercado segurador nacional.
- d) organizar seus serviços, elaborar e executar seu orçamento.

16. A Seguradora ABC, sociedade de capital aberto, adquiriu participações societárias em outras sociedades com a intenção de mantê-las para obtenção de rendimentos oriundos de seus resultados e complementar a sua atuação no mercado. Durante o exercício, foram recebidos os seguintes valores:

- Lucros recebidos de investidas cujos investimentos são avaliados ao custo:
R\$100.000,00

- Valores recebidos de sociedades controladas:

- Juros sobre capital próprio **R\$20.000,00**

- Dividendos **R\$200.000,00**

Com base nas informações acima, qual o valor a ser creditado pela investidora, em seus registros contábeis, nas contas representativas desses investimentos?

- a) R\$320.000,00.
- b) R\$200.000,00.
- c) R\$220.000,00.
- d) R\$120.000,00.

17. A Seguradora ABC investiu parte de seus recursos na aquisição de um terreno urbano, diante da perspectiva de valorização deste imóvel. Também adquiriu outros imóveis para auferir aluguel.

Os imóveis deverão estar classificados, respectivamente, em:

- a) propriedade para investimento e propriedade para investimento.

- b) propriedade para investimento e imobilizado.
- c) investimentos e imobilizado.
- d) estoques e imobilizado.

18. A NBC TG 08 estabelece o tratamento aplicável ao reconhecimento, mensuração e divulgação dos custos de transação incorridos e dos prêmios recebidos no processo de captação de recursos por intermédio da emissão de títulos patrimoniais e/ou de dívida. Acerca da norma, assinale a opção INCORRETA.

- a) Os custos de transação incorridos na captação de recursos por meio da contratação de instrumento de dívida devem ser contabilizados como redução do valor justo inicialmente reconhecido do instrumento financeiro emitido.
- b) Os encargos financeiros incorridos na captação de recursos oriundos de terceiros devem ser apropriados ao resultado em função da fluência do prazo, pelo custo amortizado usando o método de juros efetivos.
- c) Os custos de transação de captação não efetivada devem ser reconhecidos como despesa no resultado dos exercícios em que estas foram realizadas.
- d) Os custos de transação, enquanto não captados os recursos a que se referem, devem ser apropriados e mantidos em conta transitória e específica do ativo como pagamento antecipado.

19. Procedimento substantivo é o procedimento de auditoria planejado para detectar distorções relevantes no nível de afirmações. Sobre esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Se os procedimentos substantivos forem integralmente executados em data intermediária, não é necessário cobrir o período remanescente.
- b) Os procedimentos substantivos incluem testes de detalhes e procedimentos analíticos.
- c) Os procedimentos substantivos típicos incluem seleção de um saldo contábil para confirmar sua existência.
- d) O auditor deve considerar se procedimentos de confirmação externa devem ser executados como procedimentos substantivos.

20. A Circular Susep nº 474/13, ao definir os procedimentos para registro contábil dos prêmios de resseguro estabelece algumas determinações aos resseguradores locais. Acerca desse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) Os resseguradores locais podem aplicar fator de corte nos valores estimados de prêmios, de acordo com estudo específico elaborado pelo ressegurador, o qual deve ser mantido à disposição da Susep e dos auditores independentes.
- b) Os resseguradores locais podem reconhecer os prêmios dos contratos automáticos proporcionais pelo valor estimado informado pelo cedente.

- c) Os resseguradores locais podem utilizar estimativas de sazonalidade para rateio a ser apropriado por todos os meses do período de vigência do contrato, de acordo com estudo elaborado pelo ressegurador, o qual deve ser mantido à disposição da Susep e dos auditores independentes.
- d) Os resseguradores locais devem ajustar os prêmios estimados já reconhecidos, assim que obtiverem informações sobre os prêmios efetivos.

21. Com base na Resolução CNSP nº 243/11, que dispõe sobre as infrações e sanções aplicáveis às pessoas físicas ou jurídicas no âmbito das atividades supervisionadas pela Susep, assinale a opção CORRETA.

- a) Prestadores de serviços de auditoria independente não são abrangidos pela norma em função de estarem já sujeitos à regulação profissional específica que estabelece obrigações, infrações e sanções próprias.
- b) Não permitir que terceiros tenham acesso às informações obtidas pelo auditor, em decorrência do exercício da atividade de auditoria, constitui infração.
- c) O órgão encarregado do julgamento dos processos no âmbito da Susep poderá deixar de aplicar sanção quando, a seu juízo, concluir que uma recomendação seja suficiente ao atendimento dos objetivos da regulação.
- d) Não cumprir ou retardar, ainda que de forma justificável, o cumprimento da obrigação assumida em contrato ou instrumento congênere, constitui infração.

22. A NBC TG 23 trata das políticas contábeis, mudanças de estimativa e retificação de erro. Essa norma estabelece que, quando uma mudança voluntária em políticas contábeis tiver efeito no período corrente ou em qualquer período anterior, ou puder ter efeitos em períodos futuros, em montante determinado, a entidade deve divulgar certas informações. Qual a informação NÃO é requerida para divulgação?

- a) A natureza da mudança na política contábil.
- b) As circunstâncias que levaram a existência dessa condição e uma descrição de como e desde quando a política contábil tem sido aplicada.
- c) O montante do ajuste relacionado com períodos anteriores aos apresentados.
- d) As circunstâncias e montantes nas demonstrações contábeis de períodos subsequentes, de forma a manter a uniformidade e comparabilidade.

23. De acordo com o disposto na Resolução CNSP nº 226/10, analise os itens abaixo e identifique aquelas que são consideradas empresas ligadas.

- I) Pessoas jurídicas relacionadas por participação direta de 10% (dez por cento) ou mais no capital.
- II) Pessoas jurídicas relacionadas por participação indireta de 10% (dez por cento) ou mais no capital.

- III) Pessoas jurídicas relacionadas por participação direta de 10% (dez por cento) ou mais, por parte dos administradores e respectivos parentes até o segundo grau de uma delas, em conjunto ou isoladamente, no capital da outra.
- IV) Pessoas jurídicas relacionadas por participação indireta de 10% (dez por cento) ou mais, por parte dos administradores e respectivos parentes até o segundo grau de uma delas, em conjunto ou isoladamente, no capital da outra.
- V) Pessoas jurídicas relacionadas por participação, direta ou indireta, de 10% (dez por cento) ou mais, por parte dos associados controladores (no caso de entidades abertas de previdência complementar sem fins lucrativos) ou acionistas de uma delas, em conjunto ou isoladamente, no capital ou patrimônio líquido, conforme o caso, da outra.
- VI) Pessoas jurídicas cujos administradores, no todo ou em parte, sejam os mesmos da sociedade supervisionada, ressalvados os cargos exercidos em órgãos colegiados, previstos estatutária ou regimentalmente, e desde que seus ocupantes não exerçam funções com poderes de gestão.

Assinale a alternativa **CORRETA**.

- a) Todos os itens estão corretos.
- b) Os itens II e IV estão incorretos.
- c) Apenas o item V está incorreto.
- d) Apenas o item VI está incorreto.

24. A NBC TA 230 estabelece normas sobre a documentação de auditoria. Nos termos dessas normas, a conclusão da montagem do arquivo final de auditoria após a data do relatório do auditor é um processo administrativo que não envolve a execução de novos procedimentos de auditoria nem novas conclusões. Contudo, modificações podem ser feitas na documentação de auditoria durante o processo final de montagem, se essas forem de natureza administrativa. Identifique nos itens apresentados as modificações de natureza administrativa.

- I) Apagar ou descartar documentação superada.
- II) Selecionar, conferir e acrescentar referências cruzadas aos documentos de trabalho.
- III) Conferir itens das listas de verificação evidenciando ter cumprido os passos relativos ao processo de montagem do arquivo.
- IV) Documentar evidência de auditoria que o auditor obteve, discutiu e com a qual concordou com os membros responsáveis da equipe de trabalho antes da data do relatório de auditoria.

Assinale a opção **CORRETA**.

- a) Apenas as modificações apresentadas nos itens II, III e IV podem ser feitas.
- b) Apenas as modificações apresentadas nos itens III e IV podem ser feitas.
- c) Apenas a modificação apresentada no item IV pode ser feita.
- d) Todas as modificações podem ser feitas.

25. Se o auditor independente usa um trabalho específico dos auditores internos, ele deve incluir na documentação de auditoria as conclusões atingidas mediante avaliação do trabalho destes auditores. Considerando os conceitos estabelecidos pela NBC TA 610, que trata da utilização dos trabalhos da auditoria interna pelo auditor independente, analise as assertivas abaixo e assinale a opção CORRETA.

- a) Embora os objetivos da função de auditoria interna e os do auditor independente sejam semelhantes, os meios utilizados para alcançar seus objetivos são diferentes.
- b) Dependendo do grau de autonomia e objetividade da função de auditoria interna, esta é independente da entidade, como é exigido do auditor independente quando expressam opinião sobre as demonstrações contábeis.
- c) Quando o auditor independente utiliza os trabalhos da auditoria interna, o auditor interno assume responsabilidade solidária com o auditor independente sobre a opinião de auditoria expressa sobre as demonstrações contábeis.
- d) Existe a probabilidade de que a função de auditoria interna seja relevante para o auditor independente, se a natureza das responsabilidades e atividades da função de auditoria interna estiverem relacionadas com os relatórios contábeis da entidade.

26. Considerando os conceitos estabelecidos pela NBC TA 530, que trata do uso da amostragem em auditoria, assinale a opção INCORRETA.

- a) O nível de risco de amostragem que o auditor está disposto a aceitar afeta o tamanho da amostra exigido.
- b) A decisão quanto ao uso da abordagem de amostragem estatística ou não estatística é questão de julgamento do auditor.
- c) O tamanho da amostra é um critério válido para distinguir entre o uso da abordagem estatística ou não estatística.
- d) O tamanho da amostra pode ser determinado mediante aplicação de fórmula com base em estatística ou por meio do exercício do julgamento profissional.

27. A estrutura de relatórios financeiros frequentemente discute o conceito de materialidade no contexto da elaboração e apresentação das demonstrações contábeis. Com relação à materialidade para execução da auditoria, é INCORRETO afirmar que:

- a) a materialidade para execução da auditoria é fixada para reduzir a um nível adequadamente baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto nas demonstrações contábeis excedam a materialidade para as demonstrações contábeis como um todo.
- b) a materialidade para execução da auditoria relacionada a um nível de materialidade determinado para classe específica de transações, saldos contábeis ou divulgação é fixada para reduzir a um nível adequadamente baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto nessa classe específica de transações, saldos contábeis ou divulgação excedam o nível de materialidade para essa classe específica de transações, saldos contábeis ou divulgação.

- c) a determinação de materialidade para execução de testes não é um cálculo mecânico simples e envolve o exercício de julgamento profissional. É afetado pelo entendimento que o auditor possui sobre a entidade, atualizado durante a execução dos procedimentos de avaliação de risco, e pela natureza e extensão de distorções identificadas em auditorias anteriores.
- d) a determinação de materialidade para execução de testes é um cálculo mecânico simples, portanto, não envolve julgamento profissional. É afetado pelo entendimento que o auditor possui sobre a entidade, atualizado durante a execução dos procedimentos de avaliação de risco, e pela natureza e extensão de distorções identificadas em auditorias anteriores.

28. A demonstração do patrimônio líquido da Seguradora YZ apresenta as seguintes movimentações relativas ao exercício encerrado em 31.12.2014:

Lucro Líquido	R\$800.000,00
Constituição de Reserva Legal	R\$20.000,00
Constituição de Reserva de Contingências.....	R\$100.000,00
Constituição de Reserva Estatutárias.....	R\$200.000,00

Os valores foram devidamente auditados e atendem aos preceitos da legislação societária. O Estatuto da Seguradora YZ é omissivo quanto ao dividendo mínimo obrigatório.

De acordo com a legislação societária vigente, o montante do dividendo a ser distribuído é de:

- a) R\$170.000,00.
b) R\$340.000,00.
c) R\$290.000,00.
d) R\$200.000,00.

29. Considerando os conceitos estabelecidos no Apêndice A da NBC TG 31 ativo circulante é o ativo que satisfaz a qualquer um dos critérios apresentados nos itens a seguir.

- I) Espera-se que seja realizado, ou pretende-se que seja vendido ou consumido no curso normal do ciclo operacional da entidade.
- II) É mantido essencialmente com o propósito de ser negociado.
- III) Espera-se que seja realizado no período de até doze meses após a data do balanço.
- IV) É caixa ou equivalente de caixa, a menos que sua troca ou seu uso tenha limitações para a liquidação de passivo durante, pelo menos, doze meses após a data do balanço.

Está(ão) certo(s) o(s) item(ns)

- a) III, apenas.
- b) I, II, III e IV.
- c) III e IV, apenas.
- d) II, III e IV, apenas.

30. Assinale a opção INCORRETA.

- a) A constituição e o funcionamento das sociedades seguradoras, de capitalização e entidades abertas de previdência complementar dependem de prévia e expressa autorização do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).
- b) Cabe à sociedade seguradora o direito de receber da sociedade corretora a restituição da comissão recebida, proporcionalmente ao valor do prêmio devolvido ou não recebido.
- c) Capital de risco de subscrição é o montante variável de capital que uma sociedade supervisionada deverá manter, a qualquer tempo, para garantir o risco de subscrição inerente a sua operação.
- d) Risco de subscrição é a possibilidade de ocorrência de perdas que contrariem as expectativas da sociedade supervisionada, associadas, diretamente ou indiretamente, às bases técnicas e atuariais utilizadas para cálculo de prêmios, contribuições e provisões técnicas, decorrentes das operações das sociedades supervisionadas.

31. De acordo com a Resolução CNSP nº 166/07, o início das atividades da sociedade deverá observar o prazo previsto no plano de negócios, podendo a Superintendência de Seguros Privados (Susep) conceder, excepcionalmente, prorrogação do prazo, mediante requisição fundamentada, firmada pelos administradores da sociedade. Com relação a esse assunto, assinale a opção INCORRETA.

- a) A Superintendência de Seguros Privados poderá, no caso de prorrogação do prazo previsto no caput, exigir quaisquer documentos e declarações necessários para atualização do processo de autorização.
- b) Obtida a autorização para funcionamento, e previamente ao início das atividades, a sociedade deverá encaminhar declaração à Superintendência de Seguros Privados, atestando a conformidade de sua infraestrutura ao plano de negócios, à nota técnica atuarial da carteira e aos padrões de governança corporativa apresentados.
- c) Iniciadas as atividades, a sociedade deverá, durante o período abrangido pelo plano de negócios e pela nota técnica atuarial da carteira, evidenciar no relatório de administração que acompanha as demonstrações contábeis semestrais a adequação das operações realizadas com os objetivos estratégicos estabelecidos.
- d) O auditor independente deverá examinar as informações de que trata o item anterior e emitir sua opinião formal sobre a razoabilidade das demonstrações contábeis.

32. Considerando as disposições da Resolução CNSP nº 107/04, que dispõe sobre a estipulação de seguros, responsabilidades e obrigações de estipulantes e seguradoras, assinale a opção INCORRETA.

- a) Estipulante é a pessoa física ou jurídica que contrata apólice coletiva de seguros, ficando investido dos poderes de representação dos segurados perante as sociedades seguradoras.
- b) Às sociedades seguradoras, seus dirigentes, administradores, empregados prepostos ou representantes, fica expressamente vedada a atuação como estipulante em quaisquer contratações de apólice coletiva de seguros.
- c) Informar ao segurado a situação de adimplência do estipulante é obrigação da sociedade seguradora.
- d) A contratação de seguros, por meio de apólice coletiva, deve ser realizada mediante apresentação obrigatória de proposta de contratação assinada pelo estipulante e, se for o caso, pelo corretor de seguros.

33. Com base no que determina a Resolução CNSP nº 276/13, assinale a opção INCORRETA.

- a) Limite de retenção é o valor máximo de responsabilidade que as sociedades supervisionadas podem reter em cada risco isolado, determinado com base no valor dos respectivos patrimônios líquidos ajustados.
- b) As sociedades seguradoras e resseguradoras locais deverão calcular, obrigatoriamente, os limites de retenção, respectivamente, por ramo e grupo de ramos, nos meses de fevereiro e agosto.
- c) Os valores de limites de retenção calculados pelas sociedades seguradoras, independentemente dos montantes, deverão ser previamente autorizados pela Susep.
- d) As sociedades supervisionadas não poderão fixar limites de retenção e, portanto, não poderão aceitar riscos, quando o valor dos prejuízos contabilizados for superior à soma do capital realizado, mais reservas previstas no patrimônio líquido.

34. A NBC TA 220 estabelece normas para o controle de qualidade da auditoria de demonstrações contábeis. Nos termos dessa norma, o sócio encarregado do trabalho de auditoria independente possui responsabilidades. Acerca desse assunto, julgue os itens abaixo e, em seguida, assinale a opção CORRETA.

- I) O sócio encarregado deve assumir a responsabilidade pela realização, por parte da equipe de trabalho, de consultas apropriadas sobre assuntos complexos ou controversos.
- II) O sócio encarregado deve assumir a responsabilidade pela execução do trabalho de auditoria de acordo com as normas técnicas e exigências regulatórias aplicáveis.
- III) O sócio encarregado deve assegurar que os procedimentos exigidos pelas políticas sobre revisão do controle de qualidade do trabalho foram realizados.

IV) O sócio encarregado deve determinar que as conclusões resultantes de consultas realizadas foram implementadas.

Está(ão) certo(s) o(s) item(ns):

- a) I, II, III e IV.
- b) II e IV, apenas.
- c) I, apenas.
- d) I, II e IV, apenas.

35. A Resolução CNSP nº 281/13 institui regras para constituição de provisões técnicas das sociedades seguradoras. Acerca da referida Resolução, assinale a opção INCORRETA.

- a) A Provisão Complementar de Cobertura (PCC) pode ser constituída quando for constatada insuficiência na constituição das provisões técnicas.
- b) As sociedades seguradoras, para garantia de suas operações, devem constituir as provisões técnicas previstas na Resolução CNSP nº 281/13, quando necessárias.
- c) A Provisão de Prêmios Não Ganhos (PPNG) deve ser constituída para cobertura dos valores a pagar relativos a sinistros e despesas a ocorrer.
- d) A Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL) deve ser constituída para cobertura dos valores a liquidar relativos a sinistros avisados.

36. A Resolução CNSP nº 316/14 dispõe sobre o capital mínimo requerido para autorização e funcionamento e sobre o plano de recuperação de solvência. Levando em consideração as normas instituídas por essa Resolução, assinale a opção INCORRETA.

- a) A Sociedade Supervisionada deverá apresentar Plano de Regularização de Solvência (PRS), na hipótese de insuficiência de Patrimônio Líquido Ajustado (PLA) em relação ao Capital Mínimo Requerido (CMR) de até 50% (cinquenta por cento) ou de insuficiência de liquidez em relação ao CMR, propondo plano de ação que vise à recomposição da situação de solvência.
- b) O PRS deverá ser aprovado pela diretoria da sociedade supervisionada e submetido à apreciação dos auditores independentes, para emissão de relatório circunstanciado sobre a adequação do plano.
- c) O PRS deverá conter prazos e metas bem definidos e indicações precisas sobre os procedimentos a serem adotados com vistas ao saneamento da insuficiência.
- d) O PRS somente será requerido se for apurada insuficiência de PLA ou liquidez em relação ao CMR, por 3 (três) meses consecutivos ou, especificamente, nos meses de junho e dezembro.

37. Considerando o que determina a Resolução CNSP nº 312/14, assinale a alternativa INCORRETA.

- a) Compete ao Comitê de Auditoria recomendar à administração da sociedade supervisionada a entidade a ser contratada para a prestação dos serviços de auditoria independente, bem como a substituição do prestador desses serviços, se necessária.
- b) Na prestação de serviços de auditoria independente para as sociedades supervisionadas, devem ser observadas as normas e procedimentos de auditoria determinados pela CVM, pelo CFC e pelo Ibracon, subsidiariamente às normas do CNSP e da Susep.
- c) O auditor independente deve, no prazo de 10 (dez) dias úteis contados da comprovação do fato, comunicar à Susep a existência de fraudes relevantes perpetradas pela administração da sociedade supervisionada.
- d) As sociedades supervisionadas devem solicitar ao auditor independente que produza relatório circunstanciado sobre a adequação dos procedimentos contábeis e das práticas de divulgação de informações nas demonstrações financeiras.

38. A Circular SUSEP nº 344/07 dispõe sobre os controles internos específicos para a prevenção contra fraudes. A estrutura de controles internos, prevista nessa Circular, prevê a elaboração e execução de programa de auditoria interna que verifique o cumprimento de alguns procedimentos de controle previstos na Circular. Dentre as opções abaixo, assinale aquela que NÃO se encontra entre os procedimentos de verificação obrigatória pela auditoria interna.

- a) Estabelecimento de uma política de prevenção, detecção e correção de fraudes, com melhoria contínua, que inclua diretrizes sobre o oferecimento de notícias de práticas de fraudes aos órgãos de repressão, bem como sobre avaliação de riscos na contratação de funcionários e no desenvolvimento de produtos.
- b) Elaboração de critérios e implantação de procedimentos de identificação de riscos de fraude referentes a produtos e procedimentos realizados pelas sociedades e de manutenção de registros referentes a esses produtos e procedimentos, a notícias de práticas de fraudes comunicadas aos órgãos de repressão e a condenações judiciais resultantes dessas notícias.
- c) Manualização e implantação dos procedimentos de prevenção, monitoração e identificação de fraudes.
- d) Extensão dos procedimentos de prevenção, monitoração e identificação de fraudes a pessoas com as quais mantenham relacionamento comercial, principalmente com relação aos produtos comercializados e suas práticas operacionais.

39. A Circular SUSEP nº 445/12 dispõe sobre controles internos específicos para prevenção e combate aos crimes de lavagem de dinheiro ou ocultação de outros bens e direitos. Com base nos dispositivos contidos na mencionada Circular assinale a opção INCORRETA.

- a) As sociedades seguradoras e demais entidades supervisionadas, devem indicar um diretor responsável pelo cumprimento do disposto na Lei nº 9.613/98, dos dispositivos da Circular Susep nº 445/12 e demais regulamentações complementares.

- b) Os detentores de mandatos eletivos dos poderes Executivo e Legislativo da União são considerados pessoas politicamente expostas.
- c) As sociedades devem desenvolver e implementar procedimentos de controles internos, efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas. Os procedimentos de controles internos devem contemplar a manualização e implementação dos procedimentos de identificação, monitoramento, análise de risco e comunicação de operações que possam constituir-se em indícios de lavagem de dinheiro ou de financiamento ao terrorismo, ou com eles relacionar-se.
- d) Os procedimentos de controles internos devem contemplar a elaboração e execução de programa anual de auditoria, a ser executado por auditores independentes, que verifique o cumprimento dos procedimentos previstos na Circular, em todos os seus aspectos.

40. De acordo com a Circular Susep nº 452/12, as sociedades seguradoras, entidades abertas de previdência complementar e os resseguradores locais podem deduzir os denominados “ativos de resseguro redutores” e os “ativos de retrocessão redutores” da necessidade de cobertura das suas provisões técnicas por ativos garantidores. A mesma Circular define o que constitui esses ativos. Considerando as definições contidas na referida Circular, assinale a opção que NÃO apresenta uma definição correta para esses ativos.

- a) O valor, respectivamente, dos prêmios de resseguro diferidos e dos prêmios de retrocessão diferidos diretamente relacionados às provisões técnicas da cedente, líquidos de montantes pendentes de pagamento à contraparte, vencidos e a vencer.
- b) O valor dos prêmios estabelecidos nos contratos de cessão relacionado às operações de resseguro que já tenham gerado constituição de provisões técnicas para o ressegurador.
- c) O valor esperado dos fluxos de caixa de sinistros e benefícios ocorridos e ainda não pagos pela cedente, decorrentes do cumprimento dos contratos de resseguro e dos contratos de retrocessão.
- d) O valor da parcela da insuficiência das provisões técnicas, apurada no Teste de Adequação de Passivos, de responsabilidade das contrapartes.

41. A regulação das operações de cosseguro, resseguro, retrocessão e intermediação é exercida pelo órgão regulador de seguros, conforme definido em lei e observadas as disposições da Lei Complementar nº 126/07. Em relação às operações de cosseguro, assinale a opção CORRETA.

- a) Uma seguradora transfere risco para outra seguradora.
- b) A operação deve envolver, pelo menos, 30% (trinta por cento) do risco assumido pelo cedente.
- c) Duas ou mais seguradoras distribuem entre si, solidariamente, os riscos de determinada apólice.
- d) É requerido que o segurado expresse sua anuência com a operação.

42. A NBC TG 11 requer que a seguradora divulgue informações que auxiliem os usuários a entenderem a natureza e a extensão dos riscos originados por contratos de seguro. Entre tais informações, uma das mais relevantes se refere ao desenvolvimento de sinistros. Em relação a essa divulgação, assinale a opção INCORRETA.

- a) A seguradora não precisa divulgar essa informação para sinistros cuja incerteza sobre a tempestividade e o montante da indenização é, tipicamente, resolvida em um ano.
- b) As informações devem indicar a quantidade de sinistros por região geográfica onde os sinistros ocorreram, independentemente da região geográfica onde o seguro foi contratado.
- c) A divulgação deve retroceder ao período do sinistro material mais antigo para o qual haja incerteza sobre o montante e a tempestividade do pagamento da indenização, mas não precisa retroagir mais que dez anos.
- d) As informações requeridas compreendem a comparação dos sinistros ocorridos com as estimativas prévias elaboradas pela Administração.

43. As sociedades de capitalização são requeridas pela Susep a constituir Provisão Matemática para Capitalização (PMC). Em relação à PMC, assinale a opção CORRETA.

- a) Deve representar a diferença positiva entre o valor esperado dos sorteios a realizar e os valores arrecadados para sorteio.
- b) Deve ser constituída para fazer face aos prêmios a serem pagos nos sorteios e deve ser constituída para cada título cujos sorteios tenham sido custeados, mas que, na data da constituição, ainda não tenham sido realizados.
- c) Deve ser calculada com base na parcela dos valores arrecadados para capitalização.
- d) Deve ser constituída para fazer face aos resgates de títulos de capitalização não sorteados, devendo ser constituída com base em estimativa calculada pela experiência histórica com títulos de mesma característica.

44. O objetivo da NBC TG 05 é assegurar que as demonstrações contábeis da entidade contenham as divulgações necessárias para alertar os usuários sobre a possibilidade de que estas demonstrações possam ser afetadas pela existência de transações e saldos com partes relacionadas. Com relação a esse assunto, assinale a opção CORRETA.

- a) Os relacionamentos entre controladora e suas controladas devem ser divulgados apenas quando tenham ocorrido transações entre essas partes relacionadas.
- b) Transação com parte relacionada é a transferência de recursos, serviços ou obrigações entre uma entidade que reporta a informação e uma parte relacionada, independentemente de ser cobrado um preço em contrapartida.
- c) A demonstração do resultado e o balanço patrimonial de uma entidade podem ser afetados por um relacionamento com partes relacionadas apenas se ocorrerem transações entre elas.
- d) São partes relacionadas duas entidades, simplesmente, por terem administrador outro membro do pessoal chave da administração em comum.

45. Com relação as operações de resseguro, assinale a opção CORRETA.

- a) No resseguro não proporcional, a companhia cedente e o ressegurador estipulam a forma como compartilharão os sinistros, sem nenhuma relação com o compartilhamento dos prêmios originais.
- b) O resseguro não proporcional é facultativo, mas o resseguro proporcional é obrigatório para todas as apólices com importância segurada superior a R\$15.000.000,00 (valor vigente para os exercícios de 2015 e 2016) ou que represente 1% (um por cento) ou mais do seu patrimônio líquido ajustado, entre eles o menor.
- c) No resseguro proporcional, a companhia cedente compartilha com o ressegurador os sinistros ocorridos no período de vigência das apólices (as quais são identificadas no contrato de resseguro pelo seu número e data de emissão). O prêmio de resseguro não guarda qualquer relação com os prêmios cobrados pela companhia cedente, sendo livremente pactuado pela cedente com o ressegurador ou corretor de resseguro.
- d) No resseguro não proporcional, “Prêmio Depósito (PD)” é o prêmio a ser pago para que a cobertura do contrato não proporcional volte a ser estabelecida após a ocorrência de um sinistro.

46. No processo de constituição e funcionamento de sociedade seguradora, de capitalização e entidade aberta de previdência complementar, deve ser informada à Susep a composição do grupo de controle da sociedade. De acordo com as normas do CNSP, as participações societárias diretas que impliquem controle das sociedades NÃO podem ser detidas por:

- a) pessoas físicas.
- b) entidades autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados.
- c) quaisquer pessoas jurídicas que adotem padrões de governança corporativa estabelecidos pela Susep.
- d) Fundos de Investimentos em Participação (FIP) que tenham por objeto exclusivo a participação em sociedades autorizadas a funcionar pela Susep e cujas cotas sejam destinadas, exclusivamente, a Entidades Fechadas de Previdência Complementar e a entidades autorizadas a funcionar pela Susep.

47. As sociedades seguradoras, nas operações com certos ramos de seguro conseguem reduzir os custos com o pagamento de indenizações devidas em função da ocorrência de sinistros mediante assunção da propriedade e venda posterior dos bens segurados sinistrados. Esses bens são conhecidos no jargão adotado pelo mercado de seguros como “salvados”. Assinale a opção que reflete a forma como os salvados são contabilizados, de acordo com a regulamentação divulgada pela Susep.

- a) É vedado que a Provisão para Sinistros Ocorridos e Não Avisados considere ajuste baseado em estimativa de recuperação de salvados.

- b) Os salvados não devem ser reconhecidos contabilmente até que sua posse física e propriedade, pela sociedade seguradora, estejam assegurados por documentação hábil, sendo vedado o seu reconhecimento com base em estimativas. Os salvados que já estejam de posse da sociedade seguradora, aguardando a emissão de documentação hábil quanto a sua propriedade, devem ser registrados em contas de compensação.
- c) Deve ser considerada, para fins de ajuste na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL), expectativa de recuperação de salvados relacionados a sinistros cuja indenização já tenha sido paga ao segurado, mas cujas tratativas para recuperação do salvado ainda estejam em andamento.
- d) A expectativa de recebimento de recursos em função da venda de salvados deve ser apurada com base em metodologia definida em nota técnica atuarial e registrada como ajuste de salvados na Provisão de Sinistros a Liquidar (PSL).

48. Nos contratos automáticos de resseguro proporcional, é INCORRETO afirmar que os prêmios de resseguros devem ser contabilizados:

- a) por cedente na resseguradora e por contrato na cedente.
- b) por contrato na resseguradora e por resseguradora na cedente.
- c) por contrato e grupo de ramos na resseguradora e por apólice na cedente.
- d) por apólice na resseguradora e por grupo de ramos na cedente.

49. Tomando por base as normas e orientações divulgadas pela Susep, assinale a opção INCORRETA.

- a) É vedado ao ressegurador efetuar qualquer tipo de pagamento à cedente, seja sob a denominação de comissão, participação nos lucros ou qualquer outro título ou denominação, devendo qualquer abatimento ser considerado no cálculo do prêmio de resseguro.
- b) O contrato de resseguro pode prever uma bonificação de comissão escalonada que varia de acordo com o resultado do contrato.
- c) O contrato de resseguro poderá prever o pagamento de valor referente a participações nos resultados.
- d) Há, geralmente, nos contratos de resseguro, cláusula de compensação de déficit em que, para efeitos contratuais, o prejuízo de um período pode ser compensado em períodos futuros.

50. A Seguradora XYZ foi condenada, em demanda judicial movida por um de seus segurados, a pagar indenização por sinistro envolvendo a queda de uma árvore sobre o veículo segurado. O juiz que julgou o processo desconsiderou o fato de que esse tipo de evento não estava coberto nos termos da apólice de seguro e condenou a Seguradora XYZ a pagar ao segurado indenização no valor de R\$30.000,00. Adicionalmente, nos termos da sentença judicial, a Seguradora XYZ

foi condenada a pagar ao segurado uma reparação por dano moral no valor de R\$5.000,00. Assinale a opção que descreve a forma como esses valores devem ser contabilizados pela Seguradora XYZ, considerando as orientações divulgadas pela Susep.

- a) O valor de R\$35.000,00 deve ser contabilizado como despesa com indenização de Sinistro a crédito de Provisão de Sinistros a Liquidar.
- b) O valor de R\$30.000,00 deve ser contabilizado como despesa de indenização de Sinistro a crédito de Provisão de Sinistros a Liquidar e o valor de R\$5.000,00 deve ser contabilizado como Outras Despesas Operacionais a crédito de Outros Débitos.
- c) O valor de R\$35.000,00 deve ser contabilizado como Outras Despesas Operacionais a crédito de Outros Débitos.
- d) O valor de R\$35.000,00 deve ser contabilizado como “Outras Despesas não Operacionais” a crédito de Provisão de Sinistros a Liquidar.

QUESTÕES DISSERTATIVAS

51. A realização do Teste de Adequação do Passivo foi introduzida pela NBC TG 11 e regulamentada pela Susep mediante a Circular nº 457/12. Descreva como deverá ser apurado o Resultado do Teste de Adequação de Passivos e o que o auditor independente deve avaliar para fins de emissão do seu relatório.
52. As operações de resseguro se prestam a diversas finalidades, tais como: geração de capacidade, proteção de resultados, troca de experiências, etc. As operações de resseguro classificam-se em dois grandes grupos: resseguros proporcionais; e resseguros não proporcionais. Nos contratos não proporcionais, é possível que os custos do resseguro envolvam diversas modalidades de prêmio (“prêmio mínimo”, “prêmio depósito”, “prêmio de ajuste” e “prêmio de reintegração”), ensejando diferentes formas de registro contábil. Descreva as principais características de cada uma dessas modalidades de prêmio, indicando também como devem ser registradas contabilmente.

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

Esta página não deverá ser destacada
RASCUNHO

RASCUNHO DO GABARITO

ESTA PÁGINA NÃO PODERÁ SER DESTACADA

	A	B	C	D
01	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
02	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
03	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
04	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
05	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
06	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
07	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
08	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
09	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
10	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
11	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
12	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
13	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
14	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
15	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
16	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
17	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
18	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
19	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
20	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
21	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
22	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
23	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
24	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
25	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

	A	B	C	D
26	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
27	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
28	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
29	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
30	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
31	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
32	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
33	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
34	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
35	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
36	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
37	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
38	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
39	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
40	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
41	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
42	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
43	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
44	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
45	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
46	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
47	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
48	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
49	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>
50	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>	<input type="checkbox"/>

